

JS desafia juventudes partidárias a subscreverem limitação de mandatos autárquicos a outros concelhos.

Quarta-feira, 13 de Fevereiro de 2013

Para João Torres, Secretário-geral da JS, o simples facto de não existir o mínimo consenso na interpretação da legislação em vigor deve impedir que estas candidaturas prossigam.

Para a Juventude Socialista (JS), independentemente da interpretação da lei, é lamentável que alguns partidos políticos ignorem a necessidade de se proceder a uma renovação geracional nas autarquias, que possa conduzir a um incremento da transparência e aproximar os eleitores dos eleitos. O Secretário-geral da JS, João Torres, defende que «seria bom poder ver cabalmente esclarecida a posição das juventudes partidárias sobre esta matéria, nomeadamente da JSD. As recentes polémicas sobre as candidaturas de Luís Filipe Menezes e Fernando Seara aos municípios do Porto e de Lisboa, respectivamente, entre tantos outros casos, exigem clareza por parte de todos os dirigentes políticos».

Perante o conhecimento público de cada vez mais opiniões fundamentadas de reputados juristas, no sentido de que a actual lei de limitação dos mandatos impede autarcas que já cumpriram 3 mandatos de serem novamente candidatos, independentemente do local de exercício das suas funções, a Juventude Socialista desafia as restantes juventudes partidárias a assumir uma posição pública sobre esta matéria. Para a JS, a credibilização da política tem de ultrapassar as retóricas fáceis e materializar-se em acções concretas.

O Secretário-geral da JS defende que «esta é uma questão relevante que permite a todos os cidadãos estabelecer uma fronteira entre aqueles que estão disponíveis para reformar o sistema político e aqueles que apenas estão disponíveis para lhes dar uns retoques de cosmética». Reconhecendo que a interpretação da lei, ao contrário do que previa, não conseguiu suscitar um mínimo consenso sobre a validade dessas mesmas candidaturas, João Torres exorta todas as juventudes partidárias a demarcarem-se desses processos autárquicos, sublinhando que «a permanência de dúvidas fundadas sobre a sua legalidade é motivo mais do que suficiente para proteger a muito danificada imagem pública das instituições democráticas da nossa democracia».